

RESENHA

Jéssica Oliveira Barbosa

Graduanda em Geografia da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Rua Vinte, 1600, Tupã, CEP: 38.304-402, Ituiutaba-MG.
E-mail: jessica_oliveirabarbosa09@yahoo.com.br

VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. **A cidade contemporânea : segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

A Cidade Contemporânea – Segregação Espacial é um livro composto por um conjunto de nove artigos, organizados por Pedro de Almeida Vasconcelos, Roberto Lobato Corrêa e Silvana Maria Pintaudi. Lançado em 2013 pela Editora Contexto (207 páginas), a proposta deste livro centra-se na análise e discussão do conceito de segregação espacial e suas inúmeras representações que podem ser vistas no espaço urbano, em diferentes territórios, no contexto da luta de classes frente à segregação residencial, assim como no direito ao uso dos espaços na cidade. Os autores dos artigos (Pedro de Almeida Vasconcelos, Roberto Lobato Corrêa, Maria Encarnação Beltrão Sposito, Ana Fani Alessandri Carlos, Marcelo Lopes de Souza, Arlete Moysés Rodrigues, Angelo Serpa e Glória da Anunciação Alves) buscam, a partir de suas linhas de pesquisa, apresentar diferentes visões acerca desta temática, de modo a construir um grande mosaico teórico.

O primeiro artigo “Contribuições para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades”, de Pedro de Almeida Vasconcelos, apresenta uma abordagem teórica calcada na discussão dos conceitos de processos e formas socioespaciais, muito utilizados não apenas pela Geografia, mas também por muitas outras ciências. Isto acontece porque nem sempre estes conceitos podem ser aplicados para explicar determinados fenômenos. Com isto, o autor propõe o uso mais restrito do conceito, porém, em contrapartida, apresenta uma série de noções que permitem a melhor interpretação e análise dos fatos. Ao longo do texto o autor aborda, de modo bem claro e objetivo, as noções espaciais de *diferenciação socioespacial* e

desigualdade socioespacial, justaposição e separação, dispersão, divisão em partes e fragmentação; na segunda parte são apresentadas as discussões ligadas aos indivíduos e aos espaços, tais como *inclusão e exclusão*, ou seja, as relações estabelecidas entre o homem e o espaço e a formação de cenários espaciais complexos. Por fim, o autor apresenta as noções de *segregação, dessegregação, apartheid, invasão, marginalização, agrupamento, periferização, abandono de áreas e polarização socioespacial*, com o objetivo de abordar as noções ligadas aos indivíduos e ao espaço.

Roberto Lobato Corrêa apresenta o segundo artigo deste livro, intitulado “Segregação residencial: classes sociais e espaços urbanos”, no qual o autor faz uma breve discussão teórica, e aponta que o processo de fragmentação do espaço urbano é marcado também pela segregação residencial. Com base em alguns autores como Harris (1998) e Harvey (1973, 1975), Roberto Lobato Corrêa aborda os conceitos de *segregação social e classes sociais*; posteriormente, aprofunda o debate ao discutir os conceitos de *segregação imposta e segregação induzida*, com base nos estudos e modelos apresentado por Yujnosky, Kohl-Sjoberg, Burgess e Hoyt. Por fim, o autor trabalha com a discussão de áreas sociais, relacionando-o com o conceito de segregação residencial, além de apontar as configurações espaciais complexas existentes no espaço urbano como resultado do processo de segregação. O texto permite uma reflexão conceitual e auxilia a compreensão da fragmentação social existente no espaço urbano, sem se esquecer de considerar os fatores econômicos, sociais e históricos.

“Segregação socioespacial e centralidade urbana” constitui-se no terceiro artigo do livro. Maria Encarnação Beltrão Sposito elaborou um texto amplo, por meio de uma detalhada construção teórica acerca do tema. Dessa forma, o texto foi organizado em seis partes, que foram divididas da seguinte forma: na primeira, a autora apresenta o conceito de segregação, suas possibilidades e também limitações, justamente por se tratar de um conceito polissêmico; posteriormente, é abordada a noção de segregação frente as suas múltiplas dimensões, com a preocupação de apontar os problemas que podem ocorrer com a banalização e generalização do conceito quando fazemos análises vazias e sem leituras. O terceiro tópico, “As novas segregações”, enfoca as maneiras em que os ambientes residenciais promoveram as novas formas de segregação, que se tornavam cada vez mais complexas; nesta parte do texto, a autora ainda explica, por meio de exemplos, de como as formas de consumo são responsáveis também pela formação de espaços segregados. Na quarta parte do texto, é apresentada ao leitor a discussão sobre centros e centralidades, na qual se enfatiza a diferença entre os dois conceitos, enquanto na quinta parte a autora

relaciona-os com a abordagem sobre a segregação socioespacial. Por fim, na sexta parte, a autora realiza uma síntese da relação dos conceitos explicados ao longo do texto, por meio da noção de fragmentação socioespacial.

Ana Fani Alessandri Carlos, por sua vez, traz sua contribuição teórica apresentada no quarto capítulo, intitulado “A prática socioespacial urbana como segregação e o ‘direito à cidade’ como horizonte utópico”, que foi dividido em seis partes. Na primeira a autora trabalha com a noção de segregação, de modo que é concretizada como um elemento negativo tanto para a cidade quanto para o próprio estilo de vida urbano existente. A segunda parte do texto é marcada pelo debate entre a morfologia segregada e a segregação como vetor das desigualdades sociais, enquanto a terceira parte aborda as contradições existentes entre o centro e a periferia, sem deixar de destacar a atuação dos processos de urbanização e industrialização na (trans)formação dos espaços, tendo como exemplo o surgimento de periferias como a representação das desigualdades socioespaciais. “O espaço urbano como valor de troca” é tratado na quarta parte deste artigo que ilustra este fenômeno por meio dos condomínios fechados e suas incontáveis transformações nas relações do indivíduo com o espaço. Na quinta parte a autora se dedica à análise dos papéis da metrópole e dos agentes da esfera pública e privada. Em sua última pauta, a autora apresenta propostas para debates sobre as desigualdades frente ao direito à cidade e aos serviços que ela dispõe. Para tanto, a autora considera que a segregação socioespacial só será superada se tiver como base os princípios do “direito à cidade”, isto é, uma cidade de e para todos.

O quinto artigo “A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano”, é a contribuição de Isabel Pinto Alvarez para este livro. A autora acredita que a discussão sobre segregação urbana implica em analisar os processos de produção da cidade e da própria dimensão urbana, destacando seus conteúdos, sentidos e contextos históricos e sociais; para isso, Alvarez divide seu artigo em três partes: na primeira, a autora trata do conceito de segregação relacionado com a construção do espaço urbano capitalista, a valorização da propriedade privada e da reprodução do capital. As contribuições de Henry Lefebvre, Marx, Harvey e Benévolo constroem o referencial teórico do debate sobre a cidade, urbanismo e a circulação do capital na segunda parte do artigo; por fim, Alvarez conclui seu texto ao tratar sobre “Urbanismo e segregação em São Paulo”, utilizando exemplos como o da remoção de moradores da comunidade Nova Guarapiranga. Alvarez conclui que os planos urbanísticos, vistos como políticas de Estado podem se transformar em agentes promotores da segregação, uma vez que a valorização do preço da terra expulsa os moradores que

não possuem meios para pagar e, como consequência, o espaço torna-se cada vez mais dividido.

No sexto artigo, “Semântica urbana e segregação: disputa simbólica e embates políticos na cidade ‘empresarialista’”, Marcelo Lopes de Souza discute como a segregação se manifesta no Brasil e na população; para isto, o autor utiliza recursos como a música (neste caso um rap carioca) para ilustrar como este conceito é visto a partir de diferentes ângulos. Souza também debate os papéis da “revitalização” e congêneres como promotores de segregação, discutindo seus significados a partir das ideias de Harvey, Smith e Williams; outrossim, Souza discorre sobre as “revitalizações”, tendo como exemplo os impactos dos Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro e também as Olimpíadas de 2016, que será realizada na mesma cidade, além de discutir a importância dos papéis emancipatórios da população, tendo como exemplo as ocupações dos sem-teto. A discussão sobre a cidade “empresarialista” trata-se de uma crítica à sujeição do espaço urbano aos interesses das empresas e do capital privado.

É no texto “Loteamentos murados e condomínios fechados: propriedade fundiária urbana e segregação socioespacial” que Arlete Moysés Rodrigues discute as características e impactos sobre as duas formas de segregação socioespaciais na cidade. O objetivo do texto é apontar como a propriedade da terra e a apropriação privada dos espaços públicos acabam por promover a segregação do espaço. Além disso, a autora explica como os loteamentos murados e condomínios fechados despertam o desejo na população de se viver em um lugar tranquilo, no âmbito de uma fuga da “fobópolis” (termo criado por Marcelo Lopes de Sousa no livro “Fobópolis” para se remeter ao sentimento de medo nas cidades), na qual a segurança torna-se uma mercadoria, e acaba definindo o valor para aqueles que podem pagar. O Estado, ao permitir a construção desequilibrada de loteamentos murados e condomínios fechados, torna-se refém das leis do mercado imobiliário que, ao invés de garantir o direito à terra pela população, acaba acentuando as formas de segregação.

O oitavo artigo do livro foi elaborado por Angelo Serpa, denominado “Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea”. Neste texto, Serpa explora a temática em seis partes; na primeira, é apresentada a autossegregação no espaço público, tendo como exemplo a situação dos imigrantes estrangeiros residentes em Paris, nas redondezas do *Parc de La Villette*, sendo que este parque foi objeto de pesquisa de seu pós-doutorado. Na segunda parte, o autor discorre sobre a “segregação de conteúdo simbólico com repercussões no processo de produção e reprodução do/no espaço”, na qual explica as dimensões simbólicas da segregação relacionada com a valorização do entorno destes espaços públicos por

parte do mercado imobiliário e a mudança da população residente nestas localidades; a discussão sobre esta temática continua na terceira parte, sendo a segregação vista como um elemento de representação, baseando-se nas contribuições teóricas de Henry Lefebvre (Direito à cidade) e Pierre Bourdieu (Capital econômico e cultural). Na quarta parte, a segregação é vista como estereótipos e estigmas, enquanto a quinta parte é dedicada a se entender o conceito de segregação como fundamento de processos de territorialização no espaço público, apontando como o parque estudado apresenta diferentes territórios e públicos que não se relacionam. A última parte trata de uma discussão sobre a existência de barreiras culturais e econômicas, com base nos estudos de Sennet e Baudrillard.

O último artigo deste livro, “A abordagem da segregação socioespacial no ensino básico de Geografia”, foi elaborado por Glória da Anunciação Alves. Neste texto, a autora aponta inicialmente como o conceito de segregação socioespacial é abordado em dois livros do ensino fundamental e três livros do ensino médio aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático – PNLD – e produzido pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Ao longo do artigo, a autora apresenta a análise dos materiais selecionados, na qual os livros do PNLD, em geral, não apresentam a ideia de segregação, e sim de espaços diferenciados e a valorização do uso de imagens para enfatizar estas diferenças, enquanto nos livros do ensino médio é discutido o conceito de desigualdades sociais. Já nos livros elaborados pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo comparecem conteúdos do Atlas de Exclusão Social, além do uso de charges para representar a miséria, a pobreza e as diferenças entre classes. A autora percebe que a segregação espacial é muito mais representativa na realidade dos alunos do que efetivamente discutida nos livros didáticos.

Considerando-se o conjunto de artigos, a relevância desta obra centra-se no fato que o conceito de segregação socioespacial nos auxilia a visualizar as diferenças existentes no processo de produção do espaço urbano. Além disso, a discussão sobre o conceito de segregação socioespacial nos leva a identificar e entender como a atuação dos múltiplos agentes sociais é responsável e reflete a formação de novos espaços. Não fosse esse um fator suficientemente relevante, os autores se preocuparam em elaborar seus artigos com base em um rico e vasto referencial teórico e empírico, o que aponta o domínio sobre a temática e a preocupação de se construir reflexões e críticas embasadas, fato este que nos dias atuais torna-se fundamental frente às dinâmicas de transformação constante do espaço urbano. A obra, portanto, simboliza um esforço de se entender melhor o espaço urbano a partir da atuação de diferentes agentes que, por meio de suas espacialidades, tem-se uma

situação com tendência, ao mesmo tempo, de homogeneização e fragmentação, produzindo assim espaços diferenciados com parte da população segregada.

Recebido em: 10/10/2013

Aprovado para publicação em: 28/11/2013